GRAÚNA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

CNPJ Nº 41.972.185/0001-83

NIRE Nº 42 3 0005393-7

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 – Agronômica – CEP 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Graúna Transmissora de Energia S.A. ("Graúna" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2025. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Perfil Institucional

Sediada no município de Florianópolis (SC), a Graúna Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima cujo objeto social é a construção, operação e manutenção de instalações de energia elétrica, localizadas nos estados de Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo, conforme contrato de Contrato de Concessão 02/2024 - Aneel Lote 01, as quais deverão entrar em operação no prazo limite de 12.2029. O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir da data da assinatura do contrato de concessão (09.12.2024). A Receita Anual Permitida (RAP) contratada é de R$ 252,2 milhões (base março de 2024).

Descritivo – Contrato de Concessão de Transmissão nº 02/2024 – Aneel

Novos ativos:

Linhas de Transmissão	Comprimento aproximado (km)	Voltagem (kV)
Jaguara – Araxá 3	58	345
Curitiba Oeste – Abdon Batista 2	258,7	525
Abdon Batista – Abdon Batista 2	9,4	525
Abdon Batista 2 - Segredo	230	525
Segredo – Cascavel Oeste	187,2	525
Bateias – Ponta Grossa	36,6	525
Total	**779,9**	

Subestações
SE 525 kV Curitiba Oeste
SE 525 kV Abdon Batista 2

Ativos existentes:

Linhas de Transmissão	Comprimento aproximado (km)	Voltagem (kV)
Aimorés – Conselheiro Pena	72	230
Aimorés - Mascarenhas	13,6	230
Conselheiro Pena – Governador Valadares 6	71	230
Governador Valadares 6 - Governador Valadares 2	6	230
Total	**162,6**	

Subestações
SE 230/138 kV Mascarenhas – 300 MVA
SE 230 kV Aimorés

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "ENGIE"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal.

Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à ENGIE Transmissão de Energia Participações S.A., uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE é uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração centralizada, transmissão e *trading* de energia elétrica. Atua ainda indiretamente no segmento de transporte de gás, por meio de participação societária na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG.

Ambiente Macroeconômico

Em 2025, a economia global cresceu de forma moderada, sustentado pelo crescimento dos emergentes, principalmente da Índia e China, e pela economia dos Estados Unidos, impulsionados por investimentos em tecnologia e inteligência artificial. A inflação continuou desacelerando e permitiu algum alívio monetário, embora riscos como protecionismo e fragilidades fiscais de emergentes tenham permanecido.

No Brasil, o PIB registrou ritmo inferior ao apresentado no ano anterior, apoiado pelo desempenho da agropecuária, pela resiliência do mercado de trabalho e pela sustentação do consumo das famílias. Por outro lado, os setores mais sensíveis ao ciclo econômico foram limitados pelos juros elevados e pelo menor impulso fiscal. A inflação encerrou o ano em 4,2%, acima da meta, mas em convergência, favorecida pela valorização do real, com a taxa de câmbio caindo para R$ 5,50.

Implantação e Desempenho Operacional

Em 18.07.2025, a Companhia assumiu a operação do trecho brownfield do projeto, proveniente de relicitação de uma concessão vincenda, composto por 163 km de extensão e duas subestações existentes, localizados nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. A Receita Anual Permitida (RAP) desse trecho é de R$ 14,0 milhões, correspondente a aproximadamente 5% do total do projeto. O índice de disponibilidade total em 2025 atingiu 100,00%. O ativo tem apresentado resultados de performance operacional de excelência desde sua entrada em operação comercial.

No último trimestre do ano foram concluídas as negociações de contratos principais de fornecimento. No âmbito de licenciamento ambiental, foram realizadas as vistorias em campo no trecho delegado ao Órgão Ambiental do Estado do Paraná, assim como as audiências públicas relacionadas a esse processo de Licença Prévia. Também, no trecho delegado ao Órgão Ambiental do Estado de Minas Gerais, foram realizadas vistorias em campo. Ainda, destacam-se as atividades de liberação fundiária, com avanço das negociações e liberações para construção, com as atividades de topografia e sondagem em fase final, além do avanço no desenvolvimento de projetos executivos.

Desempenho econômico-financeiro

Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	31.12.2025	31.12.2024	Variação (R$)	Variação %
Receita operacional líquida	170.932	3.477	167.455	4.816,1
Custos operacionais	(159.421)	(1.591)	(157.830)	9.920,2
EBITDA (Lajida)	56.723	1.871	54.852	(2.931,7)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	37.453	1.235	36.218	(2.932,6)

Comentários sobre o desempenho econômico-financeiro

A Companhia é a responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão de transmissão do Sistema de Transmissão Graúna e está exposta aos riscos e benefícios dessa construção. Desta forma, com base nas práticas contábeis vigentes, a Companhia reconhece receita de implementação de infraestrutura de transmissão, ao longo da implantação, em montante correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta residual, destinada a cobrir os custos relacionados com a gestão da construção. Os gastos incorridos na construção estão reconhecidos no custo da infraestrutura de transmissão.

A variação na receita operacional líquida, assim como nos custos operacionais, decorre substancialmente da evolução no processo de implementação do Sistema Graúna, iniciado em 2024, ao longo de 2025. Adicionalmente, além do impacto decorrente da evolução das obras, impactou positivamente o resultado da Companhia o reconhecimento da atualização do fluxo por estimativas de alterações futuras à RAP no valor de R$ 45.411.

Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado (após deduções previstas no Estatuto Social); de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2025.

Agradecimentos

A Administração de Graúna agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2025.

A Administração

GRAÚNA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 41.972.185/0001-83 | NIRE Nº 42 3 0005393-7
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa		1.059	111
Contas a receber de clientes	4	1.391	-
Ativo de contrato	5	12.747	4.929
Outros ativos circulantes		904	116
		16.101	**5.156**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Ativo de contrato	5	231.484	42.884
Outros ativos não circulantes		377	492
		231.861	**43.376**
Imobilizado		**518**	**-**
		232.379	**43.376**
TOTAL DO ATIVO		**248.480**	**48.532**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		1.483	619
Dividendos	6.c	9.188	293
Obrigações fiscais e regulatórias		592	-
Outros passivos circulantes		865	3
		12.128	**915**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	18.553	636
		18.553	**636**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**6**		
Capital social		188.300	46.040
Reservas de lucros		29.499	941
		217.799	**46.981**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**248.480**	**48.532**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRAÚNA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 41.972.185/0001-83 | NIRE Nº 42 3 0005393-7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	7	**170.932**	**3.477**
Custos operacionais			
Custos de implementação de infraestrutura		(158.677)	(1.591)
Serviços de terceiros		(468)	-
Material		(132)	-
Outros		(144)	-
		(159.421)	**(1.591)**
RESULTADO BRUTO		**11.511**	**1.886**
Despesas operacionais			
Atualização do fluxo por estimativa de alterações futuras à RAP	5	45.411	-
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(199)	(15)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**56.723**	**1.871**
Resultado financeiro			
Outras despesas financeiras, líquidas		(13)	-
		(13)	**-**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**56.710**	**1.871**
Imposto de renda e contribuição social	8		
Corrente		(1.340)	-
Diferido		(17.917)	(636)
		(19.257)	**(636)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**37.453**	**1.235**
LUCRO POR AÇÃO (EM REAIS)		**0,19890**	**0,02683**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**37.453**	**1.235**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**37.453**	**1.235**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRAÚNA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 41.972.185/0001-83 | NIRE Nº 42 3 0005393-7
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota		Reservas de lucros			
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31.12.2023 (não auditado)		**40**	**-**	**-**	**(1)**	**39**
Aumento de capital		46.000	-	-	-	46.000
Lucro do exercício		-	-	-	1.235	1.235
Destinações propostas à AGO:						
-Reserva legal		-	62	-	(62)	-
-Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(293)	(293)
-Reserva de retenção de lucros		-	-	879	(879)	-
Saldo em 31.12.2024	**6**	**46.040**	**62**	**879**	**-**	**46.981**
Aumento de capital		142.260	-	-	-	142.260
Lucro líquido do exercício		-	-	-	37.453	37.453
Destinações propostas à AGO:						
-Reserva legal		-	1.873	-	(1.873)	-
-Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(8.895)	(8.895)
-Reserva de retenção de lucros		-	-	26.685	(26.685)	-
Saldos em 31.12.2025	**6**	**188.300**	**1.935**	**27.564**	**-**	**217.799**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRAÚNA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 41.972.185/0001-83 | NIRE Nº 42 3 0005393-7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**56.710**	**1.871**
Conciliação do resultado com o caixa das operações:		
Remuneração do ativo de contrato	(10.711)	(1.741)
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	(158.863)	(1.736)
Ganho perda por ineficiência na construção	13.095	-
Atualização do fluxo por estimativa de alterações futuras à RAP	(45.411)	-
Outros	9	-
Resultado antes dos tributos ajustado	**(145.171)**	**(1.606)**
Redução (aumento) nos ativos		
Ativo de contrato	5.471	(44.336)
Contas a receber de clientes	(1.391)	-
Outros ativos	(711)	(608)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	864	619
Obrigações fiscais e regulatórias	749	3
Outros passivos	(2.079)	-
Caixa líquido utilizado pelas atividades operacionais	**(142.268)**	**(45.928)**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado	956	-
Caixa líquido das atividades de investimento	956	-
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	142.260	46.000
Caixa líquido das atividades de financiamento	**142.260**	**46.000**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**948**	**72**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	111	39
Saldo final	1.059	111
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**948**	**72**
Transações que não envolvem o caixa e equivalente de caixa		
Fornecedores da construção do sistema de transmissão	1.474	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRAÚNA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 41.972.185/0001-83 | NIRE Nº 42 3 0005393-7
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Graúna Transmissora de Energia S.A. ("Graúna" ou "Companhia"), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 17.05.2021, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a transmissão de energia elétrica, podendo participar, como sócia, quotista ou acionista, de outras sociedades no setor de energia e de consórcios de empresas.

Em 27.09.2024, a Companhia arrematou no Leilão de Transmissão nº 02/2024, promovido pela Aneel, o Lote 01, que totaliza aproximadamente 944 km de extensão de linhas de transmissão localizadas nos estados de Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo. A Receita Anual Permitida (RAP) contratada no leilão foi R$ 252.245, a valores de março de 2024. O prazo da concessão, incluindo a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão será de 30 anos, contados da data de assinatura do referido contrato, ocorrida em 09.12.2024.

Em 2025 e 2024, os Administradores da Companhia renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A Administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE").

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 31.03.2026.

b) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade operacional da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

Os principais julgamentos contábeis utilizados para tal conclusão são: (i) as atividades a serem desempenhadas serão decorrentes de concessão de longo prazo e possuem forte geração de caixa operacional; e (ii) a Companhia conta com o suporte financeiro da controladora indireta, ENGIE. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

b) Ativo de contrato

Os contratos de concessão definem o serviço público de transmissão de energia elétrica como o serviço prestado mediante a construção (implementação de infraestrutura) e a operação e manutenção (O&M) de instalações de transmissão. Com base nisto, foram definidas as obrigações de performance contidas nestes contratos de concessão, que são: (i) construção e melhorias; e (ii) O&M. Desta forma, a Companhia aloca a receita proveniente destes contratos a cada uma dessas obrigações de performance, considerando os custos estimados a cada uma delas, adicionados de uma margem de lucratividade.

O ativo de contrato de transmissão corresponde à contrapartida da receita de construção de infraestrutura de transmissão ao longo da execução da obra de implantação do sistema de transmissão. O recebimento da contraprestação vinculada ao ativo de contrato ocorre por meio do recebimento da RAP alocada à obrigação de performance de construção e melhorias e depende da conclusão da obra de implantação e posterior operação e manutenção da referida infraestrutura. Os ativos de contrato são remunerados pela taxa de remuneração e pela variação do IPCA.

O reconhecimento da receita de construção de infraestrutura de transmissão considera os custos efetivamente incorridos na obra, incrementados pela margem de construção apurada para o projeto, sendo os ganhos ou as perdas (eficiências ou ineficiências na construção), identificados ao longo da fase de construção, registrados quando incorridos, de forma tempestiva, em linha de custo.

A margem de construção é auferida pela proporção do montante previsto para "o gerenciamento e/ou acompanhamento da obra" em relação ao "CAPEX do Projeto", ambos definidos nos respectivos planos de negócios. As margens propostas, líquidas dos encargos incidentes, são suficientes para cobrir os custos de gerenciamento da construção.

Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo de contrato, a Companhia estima, quando aplicável, a incidência do mecanismo denominado "Parcela Variável" sobre à RAP a ser recebida. Este mecanismo permite que a RAP seja aumentada ou reduzida em decorrência do desempenho do sistema de transmissão.

c) Imposto de renda e contribuição social

São segregados entre impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras pelo regime de lucro real. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo "não circulante", independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

d) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

e) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

f) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à definição da taxa interna de retorno do projeto para cálculo do custo amortizado do ativo de contrato.

g) Novas normas, alterações e interpretações

O CPC emitiu novos pronunciamentos e revisões às normas existentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27 Contempla as alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	05.07.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
Orientação Técnica OCPC nº 10 A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	18.10.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPC nº 09 (R3) As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.	02.08.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.

h) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamentos Técnicos CBPS nº 01 CBPS nº 02 Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	12.09.2024	01.01.2026	Sem impactos relevantes.
CPC 51 O CPC 51 substitui o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências do CPC 26 (R1) não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos do CPC 26 (R1) foram movidos para o CPC 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. A nova norma exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.	10.10.2025	01.01.2027	A Companhia espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras no futuro. Atualmente, a Companhia está em fase de estudo e adequação dos processos internos visando o cumprimento da norma.

NOTA 4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores a receber no montante de R$ 1.391, em 31.12.2025, correspondem aos valores a receber dos contratos de encargos de uso da rede elétrica, os quais são reajustados anualmente em julho do respectivo ano. O prazo médio de recebimento é de, aproximadamente, 24 dias.

NOTA 5. ATIVO DE CONTRATO

a) Mutação do ativo de contrato

Saldo em 31.12.2023 (não auditado)	-
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	1.736
Indenização paga pelos ativos existentes	44.336
Juros	196
Variação monetária	1.545
Saldo em 31.12.2024	**47.813**
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	158.863
Perda por ineficiência na construção	(13.095)
Juros	4.788
Variação monetária	5.923
Atualização do fluxo por estimativa de alterações futuras à RAP	45.411
Recebimentos RAP construção	(5.472)
Saldo em 31.12.2025	**244.231**
Classificação no balanço patrimonial	
Ativo circulante	12.747
Ativo não circulante	231.484
	244.231

A atualização do fluxo por estimativa de alterações futuras à RAP tem como base, principalmente, a expectativa de revisão da estrutura de investimentos realizados e a taxa de remuneração de capital, resultando em modificações nos valores das RAP futuras. Em função da revisão, o saldo do ativo contratual foi ajustado para considerar a nova estimativa do fluxo financeiro. Como resultado, no exercício corrente, foi apurado um ganho de R$ 45.411.

b) Perdas por ineficiência na implementação de infraestrutura de transmissão

No decorrer da obra e da energização do projeto, esperam-se impactos positivos ou negativos em função de eventos como: (i) atrasos e custos adicionais por questões ambientais; (ii) variação dos custos das *commodities*, uma vez que cabos e estruturas são adquiridos diretamente pela Companhia; (iii) custos adicionais de servidão e negociações fundiárias; (iv) eventuais imprevistos de terraplanagem; e (v) antecipação de prazos de energização. Alterações no projeto que afetem sua lucratividade devem ser reconhecidas diretamente no resultado. No exercício corrente, foi reconhecido o montante de R$ 13.095 referente à perda por eficiência na construção da infraestrutura. A perda reconhecida foi motivada, substancialmente, pela revisão do CAPEX estimado para implantação.

c) Premissas adotadas e outras informações relevantes

	Graúna [1]
RAP anual, líquida de encargos (valor nominal)	252.245
RAP anual – Construção (valor nominal)	237.110
CAPEX nominal estimado do projeto, em 31.12.2025	2,9 bilhões
Índice de correção dos contratos	IPCA
Custo de construção incorrido até 31.12.2025 [2]	147.174
Estimativa para entrada total em operação comercial	12.2027
Data da próxima Revisão Tarifária Periódica	07.2030
Prazo da concessão	30 anos
Data assinatura contrato de concessão	09.12.2024
Vigência do contrato de concessão	12.2054
Leilão	002/2024
Lote adquirido	Lote 1
Deságio em relação à receita máxima determinada pela Aneel	48,14%
Quantidade de subestações	4
Extensão da linha de transmissão	944 km

(1) O lote 1 prevê a instalação de cerca de 780 km de novas linhas de transmissão e duas novas subestações, bem como a continuidade na prestação de serviços de ativos existentes (164 km de linhas de transmissão e duas subestações).
(2) Valores desconsiderando o montante pago à título de indenização pelo ativos existentes.

d) Perfil de realização do ativo de contrato apresentado no ativo não circulante

	Graúna
2027	1.489
2028	8.510
2029	8.510
2030	8.561
2031	8.612
2032 a 2036	42.884
2037 a 2054	152.918
	231.484

NOTA 6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31.12.2025, é de R$ 188.300 (R$ 46.040 em 31.12.2024), representado por 188.300.000 ações ordinárias (46.040.000 em 31.12.2024), todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes à ENGIE Transmissão de Energia Participações S.A. ("ETP"), anteriormente denominada ENGIE Transmissão de Energia Participações II S.A. ("ETP II"). O aumento de capital ocorrido no ano de 2025 e de 2024 decorre de aportes feitos pela controladora para viabilizar a implantação do Sistema de Transmissão Graúna.

b) Reservas de lucros

A composição das reservas de lucros é demonstrada a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024
Reserva legal	1.935	62
Reserva de retenção de lucros	27.564	879
	29.499	**941**

b.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

b.2) Reserva de retenção de lucros

Em 31.12.2025, a Administração da Companhia está propondo a destinação do valor de R$ 26.685 do lucro do exercício de 2025 para reserva de retenção de lucros, para fazer frente aos compromissos financeiros futuros.

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício (após deduções previstas no Estatuto Social), ajustado nos termos da lei das sociedades por ações. A distribuição dos dividendos do exercício de 2025 está apresentada a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024
Base de cálculo dos dividendos ajustada		
Lucro líquido do exercício	37.453	1.235
Reserva legal	(1.873)	(62)
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	35.580	1.173
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	8.895	293
Total dos dividendos anuais	**8.895**	**293**

c.1) Mutação dos dividendos

Saldos em 31.12.2023 (não auditado)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	293
Saldos em 31.12.2024	**293**
Dividendos mínimos obrigatórios	8.895
Saldos em 31.12.2025	**9.188**

NOTA 7. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2025	2024
Receita operacional bruta		
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	158.863	1.736
Remuneração de ativo de contrato	10.711	1.741
Operação e manutenção	1.358	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**170.932**	**3.477**

NOTA 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

	31.12.2025				31.12.2024
Natureza dos créditos	**Base de cálculo**	**IR**	**CSLL**	**Total**	**Total**
Passivo:					
Receita/custo de construção de infraestrutura de transmissão	54.644	13.661	4.918	18.579	641
Ativo:					
Outros	76	19	7	26	5
Valor líquido		**13.642**	**4.911**	**18.553**	**636**

A mutação do imposto de renda e da contribuição social diferidos, líquidos, se deu como segue:

Passivo em 31.12.2023 (não auditado)	-
Impostos diferidos no resultado	636
Passivo em 31.12.2024	**636**
Impostos diferidos no resultado	17.917
Passivo em 31.12.2025	**18.553**

b) Imposto de renda e contribuição social corrente

	2025			2024		
	IR	**CSLL**	**Total**	**IR**	**CSLL**	**Total**
Resultado antes dos tributos	**56.710**	**56.710**	**56.710**	**1.871**	**1.871**	**1.871**
Alíquota nominal	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Despesa às alíquotas nominais	**(14.178)**	**(5.104)**	**(19.282)**	**(468)**	**(168)**	**(636)**
Diferenças permanentes	**25**	-	**25**	-	-	-
	(14.153)	**(5.104)**	**(19.257)**	**(468)**	**(168)**	**(636)**
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	(979)	(361)	(1.340)	-	-	-
Diferido	(13.174)	(4.743)	(17.917)	(468)	(168)	(636)
	(14.153)	**(5.104)**	**(19.257)**	**(468)**	**(168)**	**(636)**
Alíquota efetiva	**25%**	**9%**	**34%**	**25%**	**9%**	**34%**

NOTA 9. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia assinou contrato de engenharia executiva, fornecimento de cabos de alumínios para linhas de transmissão, estruturas metálicas, reatores, disjuntores, transformadores, construção de subestações, *bays* de conexões e adequações para subestações, cujos compromissos futuros, em 31.12.2025, eram de R$ 2.400.126.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025, da Graúna Transmissora de Energia S.A.).

DIRETORIA EXECUTIVA

Gustavo Henrique Labanca Novo
Diretor Executivo

Paulo Henrique Muller
Diretor Técnico-Operacional

Leonardo Germano Depiné
Diretor Administrativo e Financeiro

Leandro Marcos Magri
Diretor de Implantação

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Romary dos Anjos Silva
Contadora - CRC SC 036047/O-2

Shape the future with confidence

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 – Centro
89010-204 - Blumenau – SC – Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
GRAÚNA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Florianópolis-SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **GRAÚNA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Shape the future
with confidence

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos

Shape the future
with confidence

ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras , inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 31 de março de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F

Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O

GRAÚNA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis Regulatórias dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

CNPJ Nº 41.972.185/0001-83

NIRE Nº 42 3 0005393-7

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 – Agronômica – CEP 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO

Senhores Acionistas,

A Administração da Graúna Transmissora de Energia S.A. ("Graúna" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis Regulatórias, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2025. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, versão de 2022, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Perfil Institucional

Sediada no município de Florianópolis (SC), a Graúna Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima cujo objeto social é a construção, operação e manutenção de instalações de energia elétrica, localizadas nos estados de Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo, conforme contrato de Contrato de Concessão 02/2024 - Aneel Lote 01, as quais deverão entrar em operação no prazo limite de 12.2029. O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir da data da assinatura do contrato de concessão (09.12.2024). A Receita Anual Permitida (RAP) contratada é de R$ 252,2 milhões (base março de 2024).

Descritivo – Contrato de Concessão de Transmissão nº 02/2024 – Aneel

Novos ativos:

Linhas de Transmissão	Comprimento aproximado (km)	Voltagem (kV)
Jaguara – Araxá 3	58	345
Curitiba Oeste – Abdon Batista 2	258,7	525
Abdon Batista – Abdon Batista 2	9,4	525
Abdon Batista 2 - Segredo	230	525
Segredo – Cascavel Oeste	187,2	525
Bateias – Ponta Grossa	36,6	525
Total	**779,9**	

Subestações
SE 525 kV Curitiba Oeste
SE 525 kV Abdon Batista 2

Ativos existentes:

Linhas de Transmissão	Comprimento aproximado (km)	Voltagem (kV)
Aimorés – Conselheiro Pena	72	230
Aimorés - Mascarenhas	13,6	230
Conselheiro Pena – Governador Valadares 6	71	230
Governador Valadares 6 - Governador Valadares 2	6	230
Total	**162,6**	

Subestações
SE 230/138 kV Mascarenhas – 300 MVA
SE 230 kV Aimorés

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "ENGIE"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal.

Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à ENGIE Transmissão de Energia Participações S.A., uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE é uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração centralizada, transmissão e *trading* de energia elétrica. Atua ainda indiretamente no segmento de transporte de gás, por meio de participação societária na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG.

Ambiente Macroeconômico

Em 2025, a economia global cresceu de forma moderada, sustentado pelo crescimento dos emergentes, principalmente da Índia e China, e pela economia dos Estados Unidos, impulsionados por investimentos em tecnologia e inteligência artificial. A inflação continuou desacelerando e permitiu algum alívio monetário, embora riscos como protecionismo e fragilidades fiscais de emergentes tenham permanecido.

No Brasil, o PIB registrou ritmo inferior ao apresentado no ano anterior, apoiado pelo desempenho da agropecuária, pela resiliência do mercado de trabalho e pela sustentação do consumo das famílias. Por outro lado, os setores mais sensíveis ao ciclo econômico foram limitados pelos juros elevados e pelo menor impulso fiscal. A inflação encerrou o ano em 4,2%, acima da meta, mas em convergência, favorecida pela valorização do real, com a taxa de câmbio caindo para R$ 5,50.

Implantação e Desempenho Operacional

Em 18.07.2025, a Companhia assumiu a operação do trecho *brownfield* do projeto, proveniente de relicitação de uma concessão vincenda, composto por 163 km de extensão e duas subestações existentes, localizados nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. A Receita Anual Permitida (RAP) desse trecho é de R$ 14,0 milhões, correspondente a aproximadamente 5% do total do projeto. O índice de disponibilidade total em 2025 atingiu 100,00%. O ativo tem apresentado resultados de performance operacional de excelência desde sua entrada em operação comercial.

No último trimestre do ano foram concluídas as negociações de contratos principais de fornecimento. No âmbito de licenciamento ambiental, foram realizadas as vistorias em campo no trecho delegado ao Órgão Ambiental do Estado do Paraná, assim como as audiências públicas relacionadas a esse processo de Licença Prévia. Também, no trecho delegado ao Órgão Ambiental do Estado de Minas Gerais, foram realizadas vistorias em campo. Ainda, destacam-se as atividades de liberação fundiária, com avanço das negociações e liberações para construção, com as atividades de topografia e sondagem em fase final, além do avanço no desenvolvimento de projetos executivos.

Desempenho econômico-financeiro

Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2025	2024	Variação (R$)
Receita operacional líquida	6.802	-	6.802
Lucro da atividade	4.863	(15)	4.878
Margem bruta	0,71	-	
Ebitda (Lajida)[1]	5.887	(15)	5.902
Depreciação e amortização	(1.024)	-	(1.024)
Resultado financeiro	(13)	-	(13)
Imposto de renda e contribuição social	(1.319)	5	(1.324)
Lucro líquido	3.531	(10)	3.541

1 Ebitda (Lajida): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

Comentários sobre o desempenho econômico-financeiro

A Companhia é a responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão de transmissão do Sistema de Transmissão Graúna e está exposta aos riscos e benefícios dessa construção. A variação na receita operacional líquida, assim como nos custos operacionais, decorre substancialmente da evolução no processo de implementação do Sistema Graúna, iniciado em 2024, ao longo de 2025.

Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado (após deduções previstas no Estatuto Social); de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2025.

Agradecimentos

A Administração de Graúna agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2025.

A Administração

GRAÚNA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 41.972.185/0001-83 | NIRE Nº 42 3 0005393-7
BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIOS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa		1.059	111
Contas a receber de clientes	4	1.391	-
Outros ativos circulantes		904	116
		3.354	**227**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		26	5
Outros ativos não circulantes		377	492
		403	**497**
Imobilizado	5	**161.687**	**45.927**
Intangível		**29.316**	-
		191.406	**46.424**
TOTAL		**194.760**	**46.651**

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		1.483	619
Dividendos	6.c	9.188	293
Obrigações fiscais e regulatórias		592	-
Outros passivos circulantes		865	3
		12.128	**915**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6		
Capital social		188.300	46.040
Reservas de lucros		29.499	941
Proventos excedentes da contabilidade societária		(35.167)	(1.245)
		182.632	**45.736**
TOTAL		**194.760**	**46.651**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

GRAÚNA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 41.972.185/0001-83 | NIRE Nº 42 3 0005393-7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS REGULATÓRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Receita de operações com transmissão de energia elétrica	7.589	-
Deduções da receita bruta		
Tributos	**(702)**	-
PIS	(125)	-
Cofins	(577)	-
Encargos – Parcela "A"	**(85)**	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(58)	-
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(27)	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**6.802**	-
Custos gerenciáveis – Parcela "B"	**(1.741)**	-
Depreciação e amortização	(1.024)	-
Serviços de terceiros	(468)	-
Material	(132)	-
Outros custos operacionais	(117)	-
Outras despesas operacionais, líquidas	(198)	(15)
LUCRO (PREJUÍZO) DA ATIVIDADE	**4.863**	**(15)**
Resultado financeiro		
Outras despesas financeiras, líquidas	(13)	-
	(13)	-
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**4.850**	**(15)**
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(1.319)	5
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	**3.531**	**(10)**
Lucro por ação básico e diluído – em reais	**0,0187**	-

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	**3.531**	**(10)**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**3.531**	**(10)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

GRAÚNA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 41.972.185/0001-83 | NIRE Nº 42 3 0005393-7
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros				
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Proventos excedentes da contabilidade societária	(Prejuízos) Lucros acumulados	Total
Saldos em 31.12.2023 (não auditado)		**40**	**-**	**-**	**-**	**(1)**	**39**
Aumento de capital		46.000	-	-	-	-	46.000
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(10)	(10)
Proventos excedentes da contabilidade societária		-	-	-	(1.245)	1.245	-
Destinações propostas à AGO[1]:							
-Reserva legal		-	62	-	-	(62)	-
-Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(293)	(293)
-Reserva de retenção de lucros		-	-	879	-	(879)	-
Saldos em 31.12.2024	**6**	**46.040**	**62**	**879**	**(1.245)**	**-**	**45.736**
Aumento de capital		142.260	-	-	-	-	142.260
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	3.531	3.531
Proventos excedentes da contabilidade societária		-	-	-	(33.922)	33.922	-
Destinações propostas à AGO[1]:							
-Reserva legal		-	1.873	-	-	(1.873)	-
-Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(8.895)	(8.895)
-Reserva de retenção de lucros		-	-	26.685	-	(26.685)	-
Saldos em 31.12.2025	**6**	**188.300**	**1.935**	**27.564**	**(35.167)**	**-**	**182.632**

(1) Assembleia Geral Ordinária

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

GRAÚNA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 41.972.185/0001-83 | NIRE Nº 42 3 0005393-7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA REGULATÓRIOS (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) antes dos tributos	3.531	(15)
Conciliação do resultado com o caixa das operações:		
Depreciação e amortização	1.024	-
Outros	2.723	-
Resultado antes dos tributos ajustado	**7.278**	**(15)**
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes	(1.391)	-
Outros ativos	(711)	(608)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(610)	619
Obrigações fiscais e regulatórias	749	3
Outros passivos	(2.079)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**3.236**	**(1)**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível	(144.548)	(45.927)
Caixa líquido das atividades de investimentos	**(144.548)**	**(45.927)**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	142.260	46.000
Caixa líquido das atividades de financiamento	**142.260**	**46.000**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**948**	**72**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	111	39
Saldo final	1.059	111
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**948**	**72**
Transações que não envolvem o caixa e equivalente de caixa		
Fornecedores da construção do sistema de transmissão	1.474	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

GRAÚNA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 41.972.185/0001-83 | NIRE Nº 42 3 0005393-7
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Graúna Transmissora de Energia S.A. ("Graúna" ou "Companhia"), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 17.05.2021, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a transmissão de energia elétrica, podendo participar, como sócia, quotista ou acionista, de outras sociedades no setor de energia e de consórcios de empresas.

Em 27.09.2024, a Companhia arrematou no Leilão de Transmissão nº 02/2024, promovido pela Aneel, o Lote 01, que totaliza aproximadamente 944 km de extensão de linhas de transmissão localizadas nos estados de Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo. A Receita Anual Permitida (RAP) contratada no leilão foi R$ 252.245, a valores de março de 2024. O prazo da concessão, incluindo a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão será de 30 anos, contados da data de assinatura do referido contrato, ocorrida em 09.12.2024.

Em 2025 e 2024, os Administradores da Companhia renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A Administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE").

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis e estão sendo apresentadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, versão de 2022, estruturado pela Aneel por meio da Resolução Normativa Aneel nº 933, de 18.05.2021 e revisado e aprovado pelo Despacho nº 2.904, de 17.09.2021.

A Aneel promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, versão de 2022, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações contábeis para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativo em certos aspectos. Estas diferenças estão explicadas na Nota 8 – Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatórios e societários.

Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis regulatórias evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade operacional da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

Os principais julgamentos contábeis utilizados para tal conclusão são: (i) as atividades a serem desempenhadas serão decorrentes de concessão de longo prazo e possuem forte geração de caixa operacional; e (ii) a Companhia conta com o suporte financeiro da controladora indireta, ENGIE. Assim, estas demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis regulatórias. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

b) Imobilizado

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou de construção. Os juros e os demais encargos financeiros dos financiamentos relacionados com as imobilizações em curso são computados como custo do respectivo imobilizado. Adicionalmente, os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas, as quais são calculadas pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, e são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens.

c) Intangível

São registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos, reduzidos da amortização acumulada apurada pelo método linear. Esses intangíveis possuem vidas úteis definidas com base nos contratos comerciais e no de concessão.

d) Imposto de renda e contribuição social

São segregados entre impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias pelo regime de lucro real. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo “não circulante”, independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

e) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

f) Receita de operações com transmissão de energia elétrica

Destina-se à contabilização da receita faturada a terceiros pelo uso da infraestrutura do sistema de transmissão e receitas não faturadas pela disponibilização do uso das linhas, redes e subestações do sistema de transmissão. Essa receita refere-se à prestação de serviços relativos à disponibilização instalações de rede básica, transformadores de fronteira e demais instalações de transmissão. A receita é reconhecida quando o ONS apura os valores que a Companhia tem o direito de faturar de cada agente de transmissão, conforme previsto em contrato de prestação de serviços de transmissão entre o Poder Concedente e a Outorgada.

g) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

NOTA 4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores a receber no montante de R$ 1.391 em 31.12.2025 correspondem aos valores a receber dos contratos de encargos de uso da rede elétrica, os quais são reajustados anualmente em julho do respectivo ano. O prazo médio de recebimento é de, aproximadamente, 24 dias.

NOTA 5. IMOBILIZADO

Em 27.09.2024, a Companhia arrematou no Leilão de Transmissão nº 02/2024, promovido pela Aneel, o Lote 01, localizado nos estados de Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo, que totaliza aproximadamente 944 km de extensão de linhas de transmissão. A Receita Anual Permitida (RAP) contratada no leilão foi R$ 252.245, com deságio de 48,1% em relação à receita máxima determinada pela Aneel no momento do leilão, de R$ 486.400. O CAPEX nominal estimado do projeto, em 31.12.2025, era de R$ 2,9 bilhões.

Ativo Imobilizado em Serviço - R$ Mil	Valor Bruto em 31.12.2024	Adições	Transferências	Valor Bruto em 31.12.2025	Adições Líquidas	Depreciação acumulada	Valor Líquido em 31.12.2025	Valor Líquido em 31.12.2024
Transmissão								
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	-	-	487	1.763	487	(1.305)	458	-
Máquinas e equipamentos	-	-	39.712	207.281	39.712	(168.525)	38.756	-
Subtotal	**-**	**-**	**40.199**	**209.044**	**40.199**	**(169.830)**	**39.214**	**-**

Ativo Imobilizado em Curso - R$ Mil	Valor Bruto em 31.12.2024	Adições	Transferências	Valor Bruto em 31.12.2025	Adições Líquidas	Depreciação acumulada	Valor Líquido em 31.12.2025	Valor Líquido em 31.12.2024
Transmissão								
Máquinas e equipamentos	-	4.828	-	4.828	4.828	-	4.828	-
Adiantamentos	-	39.786	-	39.786	39.786	-	39.786	-
A ratear	44.695	72.028	(40.199)	76.524	31.829	-	76.524	44.695
Outros	1.232	103	-	1.335	103	-	1.335	1.232
Subtotal	**45.927**	**116.745**	**(40.199)**	**122.473**	**76.546**	**-**	**122.473**	**45.927**
Total do Ativo Imobilizado	**45.927**	**116.745**	**-**	**331.517**	**116.745**	**(169.830)**	**161.687**	**45.927**

Ativo Imobilizado em Curso - R$ Mil	Adições	Valor Bruto em 31.12.2024	Adições Líquidas	Valor Líquido em 31.12.2024
Transmissão				
A ratear	44.695	44.695	44.695	44.695
Outros	1.232	1.232	1.232	1.232
Total do Ativo Imobilizado	**45.927**	**45.927**	**45.927**	**45.927**

Em 2024, em decorrência do êxito no leilão de transmissão da Graúna, foi reconhecido no Ativo Imobilizado Regulatório em Curso o valor correspondente à indenização paga à concessionária anterior, referente aos ativos vinculados à concessão ainda não depreciados. Em 2025, com o repasse da operação, parte desse saldo, no montante líquido de R$ 40.198, foi reclassificada para o Imobilizado em Serviço, mediante a segregação entre custo do ativo de R$ 209.043 e depreciação acumulada de R$ 168.845.

NOTA 6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31.12.2025, é de R$ 188.300 (R$ 46.040 em 31.12.2024), representado por 188.300.000 ações ordinárias (46.040.000 em 31.12.2024), todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes à ENGIE Transmissão de Energia Participações S.A. ("ETP"), anteriormente denominada ENGIE Transmissão de Energia Participações II S.A. ("ETP II").

O aumento de capital ocorrido no ano de 2025 e de 2024 decorre de aportes feitos pela controladora para viabilizar a implantação do Sistema de Transmissão Graúna.

b) Reservas de lucros

A composição das reservas de lucros é demonstrada a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024
Reserva legal	1.935	62
Reserva de retenção de lucros	27.564	879
	29.499	**941**

b.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

b.2) Reserva de retenção de lucros

Para fins societários, em 31.12.2025, a Administração da Companhia está propondo a destinação do valor de R$ 26.685 do lucro do exercício de 2025 para reserva de retenção de lucros, para fazer frente aos compromissos financeiros futuros.

c) Dividendos

Para fins societários, o Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido societário do exercício, ajustado nos termos da lei das sociedades por ações.

Saldos em 31.12.2023 (não auditado)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	293
Saldos em 31.12.2024	**293**
Dividendos mínimos obrigatórios	8.895
Saldos em 31.12.2025	**9.188**

d) Proventos excedentes da contabilidade societária

Refere-se à diferença de resultado da Companhia entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória.

NOTA 7. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia assinou contrato de engenharia executiva, fornecimento de cabos de alumínios para linhas de transmissão, estruturas metálicas, reatores, disjuntores, transformadores, construção de subestações, *bays* de conexões e adequações para subestações, cujos compromissos futuros, em 31.12.2025, eram de R$ 2.400.126.

NOTA 8. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIOS E Ssocietários

As demonstrações contábeis societárias são elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Enquanto as demonstrações contábeis regulatórias seguem a regulamentação determinada pela Aneel. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas contábeis regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas contábeis societárias.

Balanço Patrimonial

		31.12.2025			31.12.2024		
	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
ATIVO CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		1.059	-	1.059	111	-	111
Contas a receber de clientes		1.391	-	1.391	-	-	-
Ativo de contrato	(i)	-	12.747	12.747	-	4.929	4.929
Outros ativos circulantes		904	-	904	116	-	116
		3.354	**12.747**	**16.101**	**227**	**4.929**	**5.156**
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Realizável a longo prazo							
Ativo de contrato	(i)	-	231.484	231.484	-	42.884	42.884
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(ii)	26	(26)	-	5	(5)	-
Outros ativos não circulantes		377	-	377	492	-	492
		403	**231.458**	**231.861**	**497**	**42.879**	**43.376**
Imobilizado	(i)	**161.687**	**(161.169)**	**518**	**45.927**	**(45.927)**	**-**
Intangível		**29.316**	**(29.316)**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL		**194.760**	**53.720**	**248.480**	**46.651**	**1.881**	**48.532**

		31.12.2025			31.12.2024		
	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
PASSIVO CIRCULANTE							
Fornecedores		1.483	-	1.483	619	-	619
Dividendos		9.188	-	9.188	293	-	293
Obrigações fiscais e regulatórias		592	-	592	-	-	-
Outros passivos circulantes		865	-	865	3	-	3
		12.128	**-**	**12.128**	**915**	**-**	**915**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(ii)	-	18.553	18.553	-	636	636
		-	**18.553**	**18.553**	**-**	**636**	**636**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social		188.300	-	188.300	46.040	-	46.040
Reservas de lucros		29.499	-	29.499	941	-	941
Proventos excedentes da contabilidade societária		(35.167)	35.167	-	(1.245)	1.245	-
		182.632	**35.167**	**217.799**	**45.736**	**1.245**	**46.981**
TOTAL		**194.760**	**53.720**	**248.480**	**46.651**	**1.881**	**48.532**

Demonstração do resultado

		2025			2024		
	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		**7.589**	**163.545**	**171.134**	**-**	**3.477**	**3.477**
Receita de implementação de infraestrutura	(iii)	-	158.863	158.863	-	1.736	1.736
Remuneração do ativo de contrato	(iv)	-	10.711	10.711	-	1.741	1.741
Receita de operações com transmissão de energia elétrica	(v)	7.589	(6.029)	1.560	-	-	-
Deduções da receita bruta							
Tributos		**(702)**	**558**	**(144)**	-	-	-
PIS	(iii)	(125)	100	(25)	-	-	-
Cofins	(iii)	(577)	458	(119)	-	-	-
Encargos – Parcela "A"		**(85)**	**-**	**(85)**	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(58)	-	(58)	-	-	-
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE		(27)	-	(27)	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**6.802**	**164.103**	**170.905**	**-**	**3.477**	**3.477**
Custos gerenciáveis – Parcela "B"		**(1.741)**	**(157.653)**	**(159.394)**	**-**	**(1.591)**	**(1.591)**
Custo de implementação de infraestrutura	(vi)	-	(158.677)	(158.677)	-	(1.591)	(1.591)
Depreciação e amortização	(viii)	(1.024)	1.024	-	-	-	-
Serviços de terceiros		(468)	-	(468)	-	-	-
Material		(132)	-	(132)			
Outros custos operacionais		(117)	-	(117)	-	-	-
Outras despesas operacionais, líquidas	(ix)	(198)	45.410	45.212	(15)	-	(15)
LUCRO DA ATIVIDADE		**4.863**	**51.860**	**56.723**	**(15)**	**1.886**	**1.871**
Resultado financeiro					-	-	-
Outras despesas financeiras, líquidas		(13)	-	(13)	-	-	-
		(13)	**-**	**(13)**			
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**4.850**	**51.860**	**56.710**	**(15)**	**1.886**	**1.871**
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(x)	(1.319)	(17.938)	(19.257)	5	(641)	(636)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		**3.531**	**33.922**	**37.453**	**(10)**	**1.245**	**1.235**
Lucro por ação básico e diluído – em reais		**0,0187**	**-**	**0,1989**	**-**	**-**	**-**

Efeitos de contabilização de contratos de concessão

(i), (ii), (iv), (v), (vi), (vii), (viii) e (ix) Ativo de contrato, imobilizado, intangível, receita e custo de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo de contrato

Na contabilidade societária, a parcela correspondente aos custos de construção, adicionadas de uma margem bruta residual, destinada a cobrir os custos de gestão da construção, é reconhecida como ativo de contrato em contrapartida de uma receita de implementação de infraestrutura. Os gastos decorrentes da construção da linha de transmissão são reconhecidos diretamente no resultado no exercício, na rubrica de "Custo de implementação da infraestrutura". Em contrapartida, para fins regulatórios estes gastos são reconhecidos no imobilizado e não há reconhecimento de receita de implementação de infraestrutura.

Na contabilidade societária, a RAP construção corresponde à parcela de realização do ativo de contrato. No regulatório esse valor é reconhecido como receita de operações com transmissão de energia elétrica. Além disso, tanto na contabilidade regulatória quanto na societária a receita de operação e manutenção (O&M) é reconhecida em contrapartida ao resultado, não gerando diferença entre as contabilidades.

(iii) e (x) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os efeitos das diferenças acima apresentadas geram imposto de renda e contribuição social diferidos nas demonstrações societárias. Para fins regulatórios, esses efeitos não são considerados, conforme mencionado no item acima.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31.12.2025
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	
Saldo no início do exercício	**(1.245)**
(iii) Receita de implementação de infraestrutura, líquida	(159.421)
(iv) Remuneração do ativo de contrato	(10.711)
(v) Receita de operações com transmissão de energia elétrica	6.029
(vi) Custo de implementação de infraestrutura	158.677
(viii) Depreciação e amortização	(1.024)
(ix) Outros custos não gerenciáveis – Parcela "B"	(45.410)
(x) Tributos diferidos sobre as diferenças de práticas contábeis	17.938
Saldo no final do exercício	**(35.167)**

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2025, da Graúna Transmissora de Energia S.A.).

DIRETORIA EXECUTIVA

Gustavo Henrique Labanca
Diretor Executivo

Paulo Henrique Muller
Diretor Técnico-Operacional

Leonardo Germano Depiné
Diretor Administrativo e Financeiro

Leandro Marcos Magri
Diretor de Implantação

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Romary dos Anjos Silva
Contadora - CRC SC 036047/O-2

Shape the future
with confidence

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 – Centro
89010-204 - Blumenau – SC – Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da
GRAÚNA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Florianópolis-SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias ("demonstrações contábeis") da **GRAÚNA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.** ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Shape the future
with confidence

Outros assuntos
A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 31 de março de 2026.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Shape the future
with confidence

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 30 de abril de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F

Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O

Termo de responsabilidade – Demonstração Contábil Regulatória - Graúna Transmissora de Energia S.A.

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas prevista em Lei, a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades às quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes de que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeita a Outorgada às penalidades de multa do Grupo V, inciso XVII, da Resolução Normativa nº **846**, de **11 de junho de 2019**, bem como os signatários, às previstas nos artigos **171 e 299**, ambos do Código Penal.

Florianópolis, 30 de abril de 2026.

_____
Gustavo Henrique Labanca
Diretor Executivo

_____
Leonardo Germano Depiné
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

_____
Romary dos Anjos Silva
Contadora - CRC SC 036047/O-2

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019
(revogou a Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004)
Art. 13. Constitui infração do Grupo V:
(...)
XVII - fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

CÓDIGO PENAL
Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.
Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

Este documento foi assinado eletronicamente por Gustavo Henrique Labanca, Leonardo Germano Depine e Romary Dos Anjos Silva.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://engie.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código A204-F5AE-AACC-853B.

Este documento foi assinado eletronicamente por Gustavo Henrique Labanca, Leonardo Germano Depine e Romary Dos Anjos Silva.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://engie.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código A204-F5AE-AACC-853B.